

**CRISE E REVOLUÇÃO: OBSERVAÇÕES A PARTIR DOS ESCRITOS DE ANTONIO GRAMSCI**

**CRISIS Y REVOLUCIÓN: OBSERVACIONES A PARTIR DE LOS ESCRITOS DE ANTONIO GRAMSCI**

**CRISIS AND REVOLUTION: OBSERVATIONS FROM THE WRITINGS OF ANTONIO GRAMSCI**

Anita Helena Schlesener<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é analisar aspectos da teoria política de Antonio Gramsci, a fim de examinar as concepções de crise e revolução no âmbito do capitalismo internacionalizado. Gramsci acentua as mudanças estruturais do Estado e a necessidade de criar novas estratégias de organização política no contexto das novas relações de hegemonia. As breves observações a respeito de Marx e Gramsci visam a estabelecer um elo e uma continuidade entre as duas teorias, bem como acentuar a sua validade para a análise da crise do capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Filosofia política. Crise. Revolução. Capitalismo.

**Resumen:** El objetivo de este estudio es analizar los aspectos de la teoría política de Antonio Gramsci, para examinar los conceptos de crisis y revolución dentro del capitalismo internacionalizado. Gramsci hace hincapié en los cambios estructurales del Estado y la necesidad de nuevas estrategias de organización política en el contexto de nuevas relaciones de hegemonía. Los breves comentarios sobre Marx y Gramsci tienen por objeto establecer un vínculo y la continuidad entre las dos teorías, y mostrar su validez para el análisis de la crisis del capitalismo contemporáneo.

**Palabras-clave:** Filosofía política. Crisis. Revolución. Capitalismo.

**Abstract:** The aim of this work is analyse aspects of politics' theory of Antonio Gramsci, to examine the conceptions of crisis and revolution to insert of internationalized capitalism. Gramsci emphasizes the structural changes of States and the need for new strategies of political organization in the context of new relations of hegemony. The brief remarks on Marx and Gramsci aim to establish a link and continuity between the two theories, and enhance its validity for the analysis of the crisis of contemporary capitalism.

**Key-Words:** Phiposophy political. Crisis. Revolution. Capitalism.

***Introdução***

O presente trabalho visa levantar alguns aspectos da crise econômica e política no contexto do capitalismo internacionalizado, a fim de explicitar a relação entre crise e revolução a partir do pensamento de Antonio Gramsci. Embora muitas teorias já tenham sido elaboradas para explicar a realidade atual de crise, não se pretende retomá-las, mas apenas algumas características do momento atual que, ao contrário dos discursos mais comuns, não se apresenta apenas como uma crise econômica cujo ciclo pode ser superado em curto prazo, mas sim de uma crise que é também política e cultural. Tal situação se expressa principalmente na constatação de que os laços sociais se dissolvem e a grande maioria das populações se

encontra imobilizada pela indiferença ante os graves problemas políticos que afloram em vários Estados do mundo capitalista. A crise das formas de sociabilidade tem-se evidenciado, entre outros aspectos, na eclosão de um individualismo exacerbado, na competição desregrada que caracteriza o mercado, no desgaste e na deterioração das relações políticas que confluem em crise de credibilidade nos representantes políticos e na ausência de valores morais que regulamentem os comportamentos sociais em geral. Trata-se, portanto, de uma crise de civilização que não se associa, nos tempos atuais, a eminência da revolução, visto que não se vislumbra nenhum movimento de resistência ou de organização política que tenha densidade suficiente para iniciar um processo radical de mudanças.

Muito já se escreveu sobre o neoliberalismo e seus critérios de reforma econômica e do Estado e não pretendemos apresentar aqui uma formulação original sobre o tema. Cabe salientar que pouco se discorreu sobre o seu aspecto ideológico e cultural, isto é, sobre os valores e a visão de mundo que sustentam essa prática econômica e política e que foram elaborados no curso de séculos como um conjunto de pensamentos e ações que caracterizam o que chamamos de liberalismo. Seus conceitos gerais podem ser encontrados em autores desde Locke, Benjamin Constant, Bentham, Tocqueville, Kant, Stuart Mill, Croce, von Hayek, entre outros, em cujos escritos encontram-se noções específicas de indivíduo, liberdade, democracia, ética, direito, cidadania, etc., que se constituíram nos princípios básicos e em concepção de mundo difusa. O liberalismo preservou e tornou senso comum noções fundamentais que, assimiladas, sustentam suas práticas. Somente como exemplo, citamos o valor fundamental da propriedade privada para a constituição da sociedade liberal: o indivíduo é dono de seu corpo (força de trabalho), que pode vender ou alugar livremente; ser dono de si equivale a possuir um valor e uma parcela de liberdade. São princípios que regulam a vida social moderna, sem qualquer referência às desigualdades econômicas e fazendo abstração das condições em que se realiza o trabalho ou a forma temporal que o determina. Se em *A Questão Judaica* Marx discute os limites dessa liberdade que, sedimentada no direito de propriedade privada, opõe os indivíduos entre si na sua efetivação, em *O Capital* demonstra o quanto esse valor se transforma no âmbito da troca de mercadorias e altera a nossa percepção da realidade: após a relação de compra e venda o “dono do dinheiro marcha à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho como seu trabalhador”. O capitalista caminha altivo, “sorriso velhaco e ávido de negócios”; o trabalhador o segue “tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado” (MARX, 1980, p. 197).

O ideário liberal, que assumiu formas diferentes nas práticas históricas, tem sua força política garantida por um discurso que separa dicotomicamente o econômico do político e ideológico quando, na verdade, essas instâncias entrelaçam-se, implicam-se reciprocamente e interagem dialeticamente. Adormecido durante o período em que prevaleceu o Estado de bem-estar social, o ideário liberal retorna no momento de crise econômica da década de 70, como uma nova reforma para resolver a crise. No conjunto das medidas, embora o mercado seja liberado de regulamentação, o Estado mantém as suas prerrogativas de controle com medidas fiscais e com incentivo ao investimento econômico reduzindo impostos sobre altos rendimentos e a grande propriedade. Mesmo que tais reformas tendessem a fortalecer o aparato estatal, o discurso da necessidade de implantação do “Estado mínimo” possibilitou

privatizar empresas estatais voltadas a atividades infra-estruturais e de segurança (como energia, exploração de recursos naturais não renováveis), bem como os serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência), transferindo responsabilidades sociais para o setor privado. O sucesso inicial dessa política evidenciou-se na recuperação da economia, embora, no curso do tempo, traduziu-se efetivamente em ampliação da estrutura burocrática estatal, com aumento dos impostos, dos gastos do Estado e da dívida pública. A ausência de medidas reguladoras do mercado, deixado ao jogo e à ambição dos interesses privados, a especulação descontrolada, com danos graves ao processo produtivo, mostraram-se como as grandes falhas dessa política, cujas conseqüências foram o aprofundamento das desigualdades sociais que relegaram grandes populações das várias regiões do mundo a mais extrema miséria, sem contar que, no movimento histórico do capitalismo, para algumas populações na cidade e no campo a miséria se tornou endêmica.

Na crise atual, as implicações que podem ter as falências de bancos e empresas norte-americanos para outras economias nacionais ou empresas das mais variadas áreas de produção ainda não podem ser avaliadas em toda a sua extensão, nem tampouco as conseqüências para as classes trabalhadoras em termos do desemprego, da transformação do trabalho precário em relação permanente e da ampliação das desigualdades sociais. Trata-se de uma crise do dinheiro, que se tornou o elemento mediador fundamental de todas as relações na sociedade, a divindade de uma estrutura secularizada que é o capitalismo; um dinheiro que é o centro da sociedade e que não tem lastro no trabalho vivo e na produção. Na correlação das forças em presença, as conseqüências recaem sobre o elo mais fraco, os trabalhadores em geral, mercadoria descartável, como aquela que, em tempos anteriores, foi queimada para resolver crises de superprodução. Cabe retomar os ensinamentos da história para refletir sobre o momento presente que, em suas especificidades e amplitude ainda aparece como uma crise cíclica do modo de produção capitalista, mas tem novas características que, olhadas em profundidade, anunciam uma crise estrutural do sistema.

### ***Aspectos das noções de crise (e revolução) em alguns escritos de Marx***

Crise entende-se aqui por ruptura, desequilíbrio estrutural que altera as condições de vida e de percepção da realidade, com inflexões que demandam medidas radicais para a sua superação. O capitalismo tem sua história marcada por crises mais ou menos profundas a partir de suas contradições internas, com soluções específicas a cada momento histórico. Marx acentuava que a própria burguesia enquanto classe ascendente foi produto de “uma série de revoluções nos modos de produção e de troca” (MARX, 1978, p. 95). Esse processo, por sua vez, vem precedido e acompanhado por crises contínuas, visto que as condições de desenvolvimento do modo de produção exigem “revolucionar constantemente os meios de produção”, tendo como conseqüência o “abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza” (MARX, 1978, p. 96), fatores que compõe o que entendemos como as condições básicas para a geração de crises constantes ou cíclicas do capitalismo. Esse movimento interno do modo de produção capitalista que, na colocação e acirramento de suas contradições provoca crises

com certa regularidade, envolve a estrutura econômica com desdobramentos sociais, políticos e culturais, como se pode depreender do texto citado. Desse modo, a partir da intensidade das crises e das condições históricas nas quais se encadeiam e se organizam as forças políticas, pode-se inferir a possibilidade de uma ruptura radical de todo o tecido social por meio da revolução.

As crises econômicas, embora se apresentem como tais, sempre têm um aspecto político e cultural que as acompanham. O reconhecimento dessas condições e de sua inter-relação depende da precisão de análise das condições objetivas que desencadeiam as crises as quais, por sua vez, revelam as forças contraditórias em confronto; as alianças políticas podem tanto acelerar o processo revolucionário quanto abortá-lo com a contra-revolução. Como acentua Engels a respeito do trabalho de Marx, este concluiu a partir da consideração dos próprios fatos que “a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março”, assim como “a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848”, atingindo o “apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da novamente reforçada reação européia” (ENGELS, 1982, p. 13). Essa observação foi decisiva para aprofundar o conceito de crise e mostrar que as expectativas revolucionárias não dependem unicamente dos desdobramentos das crises econômicas, mas trazem ainda um conteúdo político que nos seus encadeamentos pode reconfigurar o conjunto de relações econômicas e as lutas de classes.

As observações de Marx sobre os acontecimentos de 1848 e 1849 na França permitem, portanto, entender como as crises se encadeiam em cada nova conjuntura possibilitando tanto a ruptura revolucionária quanto a sua assimilação por forças conservadoras que se reorganizam e implementam um novo ciclo econômico. Esse entendimento se apresenta em *Luta de Classes em França*, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, escritos nos quais a relação dialética entre econômico e político se explicita e se abre ainda a discussão sobre a necessidade de rever as estratégias de luta revolucionária, como se pode depreender da Introdução de Engels à edição de 1895 de *Luta de Classes em França*:

A história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos. E este é um ponto que merece ser examinado mais de perto nesta oportunidade (ENGELS, 1982, p. 16).

Tais reflexões são importantes para se compreender a relação entre o econômico, o político e o cultural na análise gramsciana das crises econômicas nas sociedades capitalistas no início do século XX, bem como a sua reflexão sobre as estratégias revolucionárias. Aprender com as derrotas e saber retomar o caminho da luta precisando o significado dos conceitos de crise e revolução e o seu encadeamento a cada nova conjuntura é o que nos ensinam esses textos.

Esta dialética do movimento histórico que abre duas possibilidades de saída para as crises reaparece nos artigos que analisam o processo de *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, escritos em 1851. As diferenças históricas que marcaram o movimento revolucionário alemão evidenciam outras relações políticas entre burguesia e nobreza, com outros desdobramentos econômicos que se refletem sobre a própria organização política do proletariado. “Se a França pode tornar vitoriosas as suas indústrias de

sedas ao longo de cinquenta anos de revoluções e de guerras, em contrapartida a Alemanha perdeu as suas durante o mesmo período” (MARX, 1974, p. 21). As circunstâncias históricas e as especificidades culturais fazem com que as correlações de forças desencadeadas entre as classes sociais em presença nos momentos de crise econômica gerem a possibilidade de uma saída contra-revolucionária.

As análises de Marx sobre as crises cíclicas do capitalismo efetuadas por ocasião da escrita dos *Grundrisse* (1957-1958) evidenciam novas determinações que redefinem a conjuntura de crise econômica num momento em que Marx reinicia a sistematizar seus estudos sobre economia política interrompidos no período das revoluções européias; as contradições geradas no modo de produção capitalista no seu constante processo de “destruição das barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades”, a diversificação da produção e a “exploração e intercâmbio das forças naturais e espirituais”, são expostos pelo autor como contradições que, ao mesmo tempo em que são engendradas e superadas, são também constantemente repostas (MARX, 1987, p. 362), ou seja, Marx enuncia o modo como o acirramento das contradições se encaminha para a eclosão das crises econômicas. Conforme Rosdolsky, o autor “demonstra como o insaciável impulso de valorização do capital” cria os mecanismos de expansão das esferas de produção e de circulação das mercadorias, gerando “novas necessidades e modificando as já existentes”, ao mesmo tempo em que cria “a aparência de que os obstáculos à realização” de sua expansão “podem ser eliminados pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista” (ROSDOLSKY, 2001, p. 267-268). Entende-se aqui que as crises econômicas são geradas no processo de engendramento e superação das contradições que fazem parte da própria estrutura do modo de produção e que são acompanhadas por um discurso que as explica e as justifica no contexto do modo de produção abordado do ponto de vista do seu desenvolvimento e não dos antagonismos que o mesmo engendra.

Não pretendemos aqui aprofundar a leitura de Marx, mas apenas levantar alguns aspectos que consideramos importantes para a análise gramsciana da sociedade capitalista do início do século XX. Se as crises que se revelam no movimento permanente e contraditório do modo de produção interrompem o equilíbrio relativo entre as forças em conflito e se apresentam como um momento que pode tanto abrir a possibilidade de ruptura revolucionária quanto renovar a possibilidade de reprodução e renovação do sistema capitalista, como entender esse movimento ante as novas determinações da sociedade contemporânea?

### ***Aspectos das noções de crise (e revolução) em alguns escritos de Gramsci***

Pretendemos salientar aqui a relação dialética entre econômico-social e político, a partir da noção de hegemonia, para redimensionar o significado de crise e revolução. As observações de Gramsci sobre as crises no modo de produção capitalista e seus desdobramentos políticos e culturais, embora apresentadas em alguns fragmentos dos Cadernos, demonstram o seu empenho na leitura dos escritos de Marx, desde as anotações sobre a queda tendencial da taxa de lucro como uma lei geral do sistema capitalista, escritas no curso de sua crítica ao pensamento de Benedetto Croce e de suas observações sobre

taylorismo e fordismo, até as reflexões sobre a crise de 1929 e o contexto da economia italiana da época. Ao referir-se a esta crise, Gramsci acentua que as guerras são uma de suas manifestações e demonstram que “é difícil separar as crises econômicas das crises políticas, ideológicas, etc.”, embora se possa fazê-lo com um esforço de abstração. Em 1929 a crise desencadeou-se a partir das contradições internas ao modo de produção e de troca e “não em fatos políticos e jurídicos” (GRAMSCI, 1975, p. 1756), embora as conseqüências políticas e ideológicas tenham se apresentado em seus desdobramentos.

As crises resultam de contradições que se engendram no movimento permanente do modo de produção, na confrontação de elementos contraditórios entre si, como por exemplo, o desenvolvimento da economia “tem como premissa necessária o internacionalismo” ou “o cosmopolitismo”, enquanto a política de Estado sempre se desenvolveu mais “no sentido do ‘nacionalismo’” que, em linhas gerais, coloca restrições (alfandegárias, protecionistas) ao desenvolvimento econômico. Para Gramsci a crise “é a intensificação de certos fenômenos, enquanto outros que antes apareciam e atuavam simultaneamente com os primeiros imunizando-os, tornam-se inoperantes ou desaparecem completamente” (GRAMSCI, 1975, p. 1756-1757). Trata-se de um movimento no qual as forças em confronto se desequilibram gerando um descompasso que precisa ser resolvido:

Em resumo, o desenvolvimento do capitalismo tem sido uma “contínua crise”, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e se imunizavam. Em certo ponto desse movimento, alguns elementos tiveram uma proeminência, outros desapareceram ou se tornaram inadequados no quadro geral. Então intervieram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de “crise”, que são mais ou menos graves precisamente conforme se verificarem os elementos maiores ou menores de equilíbrio. (GRAMSCI, 1975, p. 1756-1757).

A crise, portanto, resulta de um desequilíbrio entre as forças em presença e nenhum equilíbrio de forças se rompe por causas mecânicas imediatas, mesmo que haja o “empobrecimento do grupo social que tem interesse em romper o equilíbrio”, mas sim pela função que os problemas econômicos imediatos desempenham no seu entrelaçamento com o ideológico no quadro dos conflitos políticos, que em geral se manifestam como “exasperação dos sentimentos de independência, de autonomia e de poder”. A crise econômica, portanto, é “um aspecto parcial da questão das relações de força nos seus vários graus” (GRAMSCI, 1975, p. 1587-1588).

No que se refere aos Estados mais avançados, nos quais a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.), as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. [...] O último fato do gênero na história da política foram os acontecimentos de 1917, que assinalaram uma mudança decisiva na história da arte e da ciência políticas. Portanto, é preciso estudar em “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posições. (GRAMSCI, 1975, p. 1615-1616).

Trata-se, portanto, para Gramsci, de uma mudança estrutural da esfera pública, com a renovação da sociedade civil que, na sociedade capitalista, assumiu nova conformação e atividades, de modo que as estratégias políticas na luta de classes precisam ser reformuladas. Nesse contexto, as crises assumem outros aspectos, os quais são abordados por Gramsci na explicitação das relações de hegemonia

como a nova forma de luta de classes. A hegemonia tem um caráter ético-político, mas não deixa de ser também econômica, isto é, tem o “seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 1975, p. 1591). Para Gramsci a relação entre economia, política e filosofia é vital para a construção e a sustentação de relações de hegemonia. Estas se instauram e se consolidam como dominação política e direção cultural, isto é, como um processo pelo qual o grupo dominante submete os outros grupos ou pela coerção ou pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas tornando-se parte do senso comum. Nas sociedades modernas e de formação liberal, a hegemonia concretiza-se na “combinação de força e consenso”, de modo que “a força apareça apoiada sobre o consenso da maioria” (GRAMSCI, 1975, p. 1638). Para tanto, recorre-se a mecanismos políticos como a cooptação de dirigentes, que consegue paralisar os antagonistas exigindo sua reorganização na luta de classes; ou se lança mão de mecanismos ideológicos de formação da opinião pública e de um consenso passivo, que se consolida num conformismo desmobilizador e na passividade do sujeito no âmbito da vida política. Para as classes trabalhadoras, “assumir o discurso e as práticas dos dominantes implica perder a capacidade de formular perguntas, de saber o que é decisivo para seu processo emancipatório” (DIAS, 2006, p. 44).

Essas novas possibilidades de exercício da hegemonia também retiram das crises econômicas o seu caráter de ruptura pela via revolucionária e abrem a possibilidade de caminhos de recuperação conservadora dando à estrutura capitalista a força e a capacidade de absorver crises e inclusive tirar proveito delas, recuperando-se com pequenas mudanças. Na sociedade moderna, na fase de capitalismo internacionalizado, as crises econômicas não são mais um fator preponderante para o desencadeamento de revoluções, porque existe uma reciprocidade, uma relação dinâmica entre o econômico, o político e o cultural, que faz com que as crises sejam absorvidas e mostram a determinação recíproca entre as instâncias econômica, política e ideológica.

Assim como as crises econômicas são acompanhadas de crises políticas, as relações de poder podem se encaminhar para crises que apresentam características específicas conforme o momento histórico e as relações de hegemonia; uma crise orgânica ou crise de hegemonia, se expressa na perda de credibilidade das classes dirigentes, no descrédito em relação à sua autoridade e a perda de representatividade da classe no poder; tais crises assumem características específicas a cada momento histórico mas, em linhas gerais, traduzem o descompasso entre o político e o econômico expresso na dificuldade de uma atuação efetiva nesse campo.

O cesarismo é o principal exemplo tomado por Gramsci para explicitar a crise de hegemonia: trata-se de uma política que pode nascer da tentativa de superar uma crise e “exprime uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico”, ou seja, a continuidade da luta se conclui com a destruição recíproca das forças em confronto. O cesarismo ocorre como a “solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade” (GRAMSCI, 1975, p. 1619), a qual assume a função de reconstruir as relações e retomar o processo econômico e político. “A crise gera situações imediatas perigosas, porque os diversos segmentos da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se e de reorganizar-se com o mesmo ritmo” que as classes dominantes, cujos dirigentes são preparados. Não raro abre-se o

caminho para soluções de força, para a atuação de potências obscuras que tomam o cenário (GRAMSCI, 1975, p. 1602). Na história os exemplos citados por Gramsci são o próprio César, Napoleão I, Napoleão III, Bismark, Cromwell e outros.

Esse fenômeno tomou outras características na modernidade, na forma de “revolução-restauração”, com grandes alianças de caráter econômico-sindical e político partidário, com soluções restauradoras. Desse modo, no “mundo moderno o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última análise, poderiam fundir-se e unificar-se”. As alianças ou a fusão entre grupos da classe dominante permite a superação da crise com a retomada do desenvolvimento. Entretanto o “cesarismo encontra ainda no mundo moderno alguma margem” de realização, “conforme os países e o seu peso relativo na estrutura mundial”, principalmente se levarmos em conta “a debilidade relativa da força progressiva antagônica” (GRAMSCI, 1975, p. 1622).

Gramsci renova a análise de Marx ao mostrar, no início do século XX, como se ampliam os vínculos concretos entre as forças materiais, o aparato estatal e a sua sustentação ideológica na consolidação das relações de hegemonia. Esta é a forma atual das lutas de classes, enquanto “a forma pela qual os hábitos, os saberes, os costumes dos dominantes assumem o caráter de *horizonte ideológico*” (DIAS, 2006, p. 37, grifo do autor). Desse modo, pode-se dizer que o que unifica e universaliza o processo de dominação capitalista consolidando as formas de exploração econômica é a política e a ideologia. Se essa era uma condição objetiva na época de Gramsci (que alertava os trabalhadores sobre a força ideológica dos jornais), podemos dizer que tais condições se ampliaram e universalizaram fundadas nas conquistas tecnológicas principalmente nos meios de comunicação. Como se sabe, o desenvolvimento tecnológico não é neutro e sua utilização para a consolidação das relações de hegemonia é evidente: a tecnologia serve tanto para substituir mão-de-obra, criar exércitos de reserva, fortalecer os mecanismos de exploração do trabalho, quanto para formar o imaginário social criando desejos que jamais poderão ser satisfeitos, mas que politicamente paralisam as classes dominadas na expectativa de um dia poder realizá-los. Espera-se “subir na vida”, ganhar na loteria, vencer com o esforço individual.

Nesse contexto, reconfigura-se a situação de crise econômica e seus possíveis encaminhamentos para uma ruptura revolucionária. As contradições entre as forças produtivas materiais e as relações de produção não só assumem novas características como se amenizam no imaginário social domesticado e limitam a capacidade crítica da maioria. Diluem-se as possibilidades de confronto, visto que não se fala mais em conflitos de classes, mas em sustentabilidade social por meio de parcerias. A hegemonia dos dominantes se consolida na medida em que interiorizamos o seu modo de pensar e de sentir redefinindo as condições de crise e de revolução.

### ***A crise no capitalismo contemporâneo***

As breves observações a respeito de Marx e Gramsci visam a estabelecer um elo e uma continuidade entre as duas teorias, bem como acentuar a sua validade para a análise da crise do capitalismo contemporâneo, visto que a situação presente se desdobra no contexto das relações econômicas, políticas

e ideológicas que mantêm as determinações e a identidade do modo de produção capitalista. Como acentua Gramsci, o marxismo é uma filosofia que se “concebe historicamente a si mesma”, isto é, enquanto expressão máxima das contradições que laceram a sociedade e das quais faz parte, perderá seu significado somente quando da superação dessas contradições (GRAMSCI, 1975, p. 1488). Visto que ainda não superamos a experiência histórica e as condições objetivas de dominação e exploração capitalista, a teoria marxista continua a ser um referencial válido para a análise e crítica do processo de produção e reprodução do capitalismo, sempre tendo em conta as novas determinações e contradições que o caracterizam, bem como a atualização permanente das análises conjunturais em cada novo momento histórico.

As análises de Marx sobre as crises do século XIX demonstram que: os diferentes modos de produção que existiram na história foram gerados ou desapareceram na medida da expansão da capacidade produtiva da sociedade; o modo de produção capitalista engendrou-se a partir das crises do modo de produção feudal e se reproduz por meio de crises cíclicas geradas pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção; no movimento pelo qual as contradições internas do modo de produção criam obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, geram-se também as condições para a revolução social.

Gramsci, no início do século XX acentuou que a partir das novas relações políticas e culturais desenvolvidas no âmbito da sociedade capitalista as crises econômicas, embora mantenham seu caráter determinante no contexto estrutural, somente poderão gerar as condições revolucionárias se inseridas em um processo mais amplo de crise orgânica ou crise de hegemonia. Significa que o conjunto complexo e articulado das relações sociais encontra sua expressão em modos de vida sustentados por um imaginário social que, constituído pela assimilação do discurso dos dominantes, paralisa a ação revolucionária. Nesse contexto, as crises econômicas podem ser superadas ou absorvidas no movimento político de acordos e alianças que possibilitam recompor as forças hegemônicas.

A atual crise econômica demonstra que a política neoliberal não foi capaz de recuperar e de desenvolver o capitalismo: aboliu o controle sobre os fluxos financeiros e gerou as condições para a especulação descontrolada, com danos graves ao processo produtivo; aumentou o aparato estatal, embora tenha diminuído a atividade social do Estado, transferida para o setor privado e acentuou as desigualdades sociais e a concentração de riquezas. Os desdobramentos sociais dessa política coincidem com uma realidade de desemprego e miséria de proporções avassaladoras entre os trabalhadores do mundo inteiro, agravada pela flexibilidade do trabalho e pela perversidade do sistema de contratação por tempo determinado. Tais condições objetivas com novas especificidades acirram as contradições sociais, acrescidas de crise das relações políticas e de esmaecimento dos valores morais num contexto no qual os elos sociais se dissolvem, permitem falar em crise de civilização.

O materialismo histórico nas perspectivas de Marx e Gramsci possibilita aprofundar a análise sobre as condições da crise, a fim de descobrir saídas que nos tirem desse marasmo de fim de história, na crença cara aos liberais de que não há alternativa a esse modelo econômico e político. O fracasso das experiências socialistas no mundo possibilitou que muitos intelectuais fossem contagiados por esse modo

de pensar teleológico. Retomar hoje os clássicos do marxismo para refletir sobre esse momento conjuntural é o caminho para reagir a essa situação.

Dadas as contradições sociais objetivas que se prolongam e enunciam uma crise prolongada do capitalismo, lembramos uma expressão de Walter Benjamin: “A experiência de nossa geração: o fato que o capitalismo não morrerá de morte natural” (BENJAMIN, 2002, p. 740) para acentuar a necessidade de alterar a percepção da história a partir de uma reavaliação das estratégias políticas de luta de classes, a fim de articular as forças de resistência. A extensão e a gravidade da crise não significam que estejamos caminhando para o fim de um modo de existência, visto que medidas paliativas podem estender indefinidamente a agonia dessa civilização. As alternativas que se apresentam são organizar-se e reagir ou continuar a viver na barbárie.

### **Referências**

- BENJAMIN, Walter. *I “passages” di Parigi*. Torino: Einaudi, 2002.
- DIAS, Edmundo F. Compreender o real, demonstrar sua inteligibilidade. In: SCHLESENER, Anita H.; PANSARDI, Marcos V. (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Curitiba : UTP, 2006.
- ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In: MARX, Karl. *As lutas de classes em França de 1848 a 1850*. Lisboa: Avante/Progresso, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- MARX, Karl. *O capital (crítica da economia política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 15. ed. México: Siglo Veinteuno, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa: P. A. M. Pereira, 1974.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro : EDUERJ, 2001.

### **Notas:**

<sup>1</sup> Professora de Filosofia da UFPR de 1976 a 2005 (aposentada). Atualmente é professora da Universidade Tuiuti do Paraná. Recebeu o Prêmio Jabuti em 2001. E mail: anita.helena@libero.it